

Ataliba T. de Castilho

NOVA

Gramática do
**Português
Brasileiro**

Conselho Editorial
Ataliba Teixeira de Castilho
Felipe Pena
Jorge Grespan
José Luiz Fiorin
Magda Soares
Pedro Paulo Funari
Rosângela Doin de Almeida



Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não é responsável pelo conteúdo da Obra, com o qual não necessariamente concorda. O Autor
conhece os fatos narrados, pelos quais é responsável, assim como se responsabiliza pelos juízos emitidos.

Consulte nosso catálogo completo e últimos lançamentos em www.editoracontexto.com.br

FAPESP


editoracontexto.

5

A CONVERSAÇÃO E O TEXTO

ESTUDANDO A CONVERSAÇÃO E O TEXTO

Vimos no capítulo anterior que a diversidade do PB inclui a variação de canal, distinguindo-se a língua falada da língua escrita. Na seção 4.4.1 apresentei uma primeira caracterização do português falado.

Neste capítulo, vou me deter um pouco mais nesse tópico, observando como se desenvolve entre nós uma conversação e como, ao longo dela, vamos construindo um texto. Finalizarei o capítulo com algumas reflexões sobre os gêneros textuais.

5.1. A CONVERSAÇÃO

A conversação é uma atividade linguística básica. Ela integra as práticas diárias de qualquer cidadão, independentemente de seu nível sociocultural.

Numa conversação, dois ou mais participantes se alternam, discorrendo livremente sobre tópicos propiciados pela vida diária, "fora dos ambientes institucionais como o serviço religioso, as audiências de um tribunal, as salas de aula etc." (Levinson, 1983: 284). Esse autor está distinguindo a conversação natural da conversação artificial, aquela que encontramos em peças de teatro, novelas de televisão, filmes, romances etc.

Autor do primeiro livro em língua portuguesa sobre o assunto, Marcuschi acrescenta que "a conversação é a primeira das formas da linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora" (Marcuschi, 1986: 14).

Uma condição fundamental para que duas ou mais pessoas se engajem numa conversação é que "cada participante reconheça um propósito comum ou um conjunto de propósitos, uma direção mutuamente aceita" (Grice, 1967/1982: 86).

Parece óbvio que, para que haja conversa, os interlocutores precisem antes querer coincidir no propósito comum de conversar. Algumas vezes a ciência funciona assim mesmo, pondo diante de nosso nariz as realidades que estavam ali o tempo todo, sem que nos dêssemos conta. Longe de

parecer um simples truismo, a pesquisa mostrou a importância da máxima griceana, e você encontrará suas pegadas nesta seção. Portanto, mais um princípio para a nossa coleção. Agora, vamos de princípio da cooperação.

Passemos aos fatos. Você grava uma conversa natural e está pronto para começar uma pesquisa. O primeiro passo será transcrever esse corpus.

5.1.1. TRANSCRIÇÃO CONVERSACIONAL

Segundo Blanche-Denveniste et al. (1979), a transcrição da oralidade representa já uma pré-análise, instituindo a língua falada como um objeto científico.

A cada pergunta sobre os materiais orais corresponderá um tipo de transcrição. Perguntas sobre como se desenrola uma conversa requerem uma transcrição conversacional para a obtenção das respostas. Perguntas sobre como se organiza um texto ao longo de uma conversa requerem uma transcrição textual. Já vimos que as pesquisas sobre a gramática exigem igualmente transcrições do nível que estamos estudando: transcrições fonéticas, fonológicas, morfológicas e sintáticas. O mesmo ocorre nos estudos de léxico, em que separamos as palavras de acordo com sua estrutura interna e sua disposição em categorias, estudando também a frequência de seu uso, como fizeram Marques (1996) e Del Caratore / Laperuta Filho (2009). Ou seja, sem transcrição dos materiais, impossível realizar uma análise.

O Projeto Nurc adotou uma transcrição conversacional, cujos critérios vêm transcritos no Quadro 5.1.

Quadro 5.1 – Critérios de transcrição conversacional adotados pelo Projeto Nurc

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	...do nível de renda... () nível de renda nominal.
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento	/	e comê/ e reinicia
Ênfase enfática	maiúsculas	porque as pessoas RETEM moeda
Alongamento de vogal ou das consoantes [r], [s]	:: ou :::	ao emprestarem os... êh:: o dinheiro
Sílabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	o Banco Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões
Comentários descritivos	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários do locutor que quebram a sequência temática	--	a demanda da moeda - vamos dar essa conotação - demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	{ ligando linhas	A. na casa da sua irmã? / séria feira?
Citações literais, reprodução de discurso direto ou leitura de textos	" "	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... "O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRRRE entre nós..."

Fonte: Castilho / Preti (orgs. 1987: 9-10).

O Quadro 5.2 é uma transcrição conversacional do exemplo (1), apresentado no capítulo "O que se entende por língua e por gramática". Nessa transcrição, Loc 1 corresponde a Locutor 1, e Loc 2 corresponde a Locutor 2.

Quadro 5.2 – Transcrição conversacional do D2 sr 167: 7-35

Loc 1 - eu estive na... através de ((inaudível)) em Ciranda... é uma praia... é um lugar... um litoral muito bonito que aliás é muito parecido com o nosso litoral norte... sabe? mas eu não conheço o nosso litoral norte... e... fiquei lá durante três meses e nesse tempo todo eu conheci bastante ((inaudível)) o povo de lá... que é bem diferente e... bem diferente de nós ...
/
Loc 2 - sei
/
Loc 1 - eles são por exemplo esse lá... é nessa praia que pertence à Universidade... como aqui na nossa Oceanográfica também pertence à USP e... toda a Universidade detesta ir pra praia... sabe...
/
Loc 2 - ah...é?
/
Loc 1 - então é coisa ((inaudível))... e todo o curso foi feito ali... inclusive nós saímos assim durante... fazer compras de material e tudo isso e... ah... e conhecemos toda a região referente... sabe? bem bonito... colorido o fundo do mar lá... é... não existe e... e a água é muito transparente... sabe... muito cantil...
Loc 2 - que curso você foi fazer?
Loc 1 - a... o curso mesmo era só Oceanografia Biológica... aliás Física... mas eles complementavam porque a maior parte do pessoal só conhecia assim a Bio... a Biológica... né... nessa nova parte entra Biologia... agora o maior número de alunos... estudantes... eram todos assim da América do Sul... e alguns da América Central... as aulas eram a maior parte em inglês e... porque inclusive todos falavam espanhol menos os brasileiros... né ((risos))... que é uma língua diferente...

Transcrita a conversa, chegou a hora de problematizar essa manifestação linguística, analisando-a. As seguintes perguntas podem então ser formuladas:

- (1) Que unidade postularemos para a análise da conversa?
 - (2) Que processos discursivos são aí desenvolvidos, e de que forma poderíamos sistematizá-los?
 - (3) Que marcas o falante do PB utiliza ao longo de uma conversa?
- Vou oferecer algumas respostas a essas perguntas, que serão complementadas por suas pesquisas sobre o assunto. Mãos à obra!

5.1.2. TURNOS CONVERSACIONAIS E PARES ADJACENTES

Como vimos no capítulo "O que se entende por língua e por gramática", para qualquer análise linguística precisamos postular previamente uma unidade de análise.

Numa conversa, os falantes se alternam em turnos. Esse termo, na verdade, remete a qualquer ação social em que duas ou mais pessoas estão envolvidas: passar por uma porta, entrar num elevador, principiar um jogo de cartas. Quem age primeiro? Quem espera sua vez? Numa conversa, o drama é o mesmo: quem fala primeiro? Quem espera sua vez? Como entrar no ritmo da conversa?

O turno conversacional é cada segmento produzido por um falante. Por essa definição, qualquer emissão de voz é um turno, como sei e ah é? Assim, no Quadro 5.2 teríamos sete turnos.

Aprimorando essa definição, vamos admitir que o turno é a participação do interlocutor com direito a voz, ou seja, aquele que "tomou" o turno e está falando. Assim, no mesmo quadro, teremos apenas cinco turnos. Observe que também aqui o ponto de vista cria o objeto.

Há regras sociais que estabelecem a alternância de interlocutores com direito a voz. Essas regras foram formuladas por Sacks / Schegloff / Jefferson (1974/2003: 38). Ao conversarmos, prevenimos o momento de nossa entrada na corrente conversacional, pois dispomos de uma "habilidade de projetar o final de um turno e decidir sobre o momento de entrada na corrente da fala". Segundo esses autores, há dois componentes na conversação: a construção dos turnos e a alocação dos turnos, ambos sujeitos ao princípio de projeção interacional. Mais adiante demonstrei que a teoria da transiividade é o correlato gramatical desse princípio do discurso (veja 6.4).

Retorne ao Quadro 5.2 e observe as seguintes estratégias ali desenvolvidas para a alocação de turnos:

(1) Manutenção do turno: para assegurar nosso direito à voz, evitamos as pausas longas, preenchamos o silêncio alongando vogais e consoantes finais, corrigimos alguma coisa que tenhamos dito, repelimos ou incorporamos a correção do interlocutor. Essas são as estratégias do locutor.

(2) Assalto ao turno: para entrar na corrente da fala, assaltamos o turno, interrompendo o locutor, corrigindo-o (manobra que ocasiona uma superposição de vozes), oferecendo-lhe nossa colaboração no desenvolvimento do tema (manobra nada inocente), aproveitando alguma pausa longa que tenha sido produzida por ele para embarcar na conversação. Essas são as estratégias do interlocutor.

(3) Passagem consentida do turno: esta é uma entrada não conflitiva na corrente da fala. O locutor pode nos passar a palavra, através do olhar ou de expressões tais como "e você, o que pensa disso?".

Os analistas da conversação identificaram o lugar relevante da transição, em que se processa uma sorte de transição pacífica de um turno para outro. Esse lugar pode ser (i) um ponto prosodicamente definido, no final de uma série rítmica; (ii) um ponto sintaticamente definido, no final de uma estrutura; (iii) um ponto culturalmente definido. O lugar relevante da transição comprovou que, ao acompanhar uma simples conversa, operamos simultaneamente com vários canais, monitorando os atos de fala: observamos a fisionomia de nosso interlocutor, tentando interpretar sinais, prestamos atenção à materialidade de sua fala, analisando sua execução fonética, gramatical e léxica, a partir de nossas práticas culturais.

Tem-se observado, também, que os turnos podem ser discursivamente independentes ou dependentes entre si, evidenciando neste caso algum tipo de vínculo pragmático. Nas situações de (i) pergunta-resposta; (ii) saudação-saudação; (iii) reclamação-pedido de desculpas; (iv) advertência-aceitação ou recusa da advertência, os respectivos turnos formam pares adjacentes. Formulado o primeiro turno, por exemplo, uma pergunta, espera-se que ocorra o segundo turno, a resposta (veja a face gramatical dos turnos de pergunta em 8.2.2). Os pares adjacentes estão para o discurso, assim como a relação de dependência ou independência sintática está para a sintaxe (veja 9.2).

É bem verdade que o turno esperado às vezes não ocorre. É esse o caso de um convite não aceito, ou de uma pergunta a que se responde com outra pergunta. A violação do comportamento linguístico esperado foi denominada *despreferência* por Marcuschi (1986).

É isso aí, amigo, conversar não é uma atividade tão simples como parecia. O que é simples nas línguas naturais?

5.1.3. SISTEMA DE CORREÇÃO

O planejamento e a execução coexistem na língua falada. Na língua escrita, como vimos em 4.4.2, essas atividades são separadas. Quando falamos, frequentemente voltamos atrás para corrigir o que foi dito, dada a coexistência do planejamento e da execução.

Corrigimos erros de planejamento – não estamos falando aqui de erros gramaticais, que são as falhas cometidas contra a norma gramatical. Estamos falando de correções conversacionais ou pragmáticas. Ou seja, correções no rumo do papo. O sistema de correção é na verdade o alimentador da conversação. Ele é muito mais um "abra a boca e fale!" do que um "cala a boca!".

A correção discursiva não é um exercício desinteressado. Ela pode partir do locutor (= auto-correção) ou do interlocutor (= heterocorreção). No primeiro caso, corrigimos alguma estratégia discursiva para abortar o assalto ao nosso turno, prevenindo que se armava uma intervenção. No segundo caso, estamos declaradamente assaltando o turno.

Também promovemos correções discursivas, (i) truncando uma palavra que consideramos inadequada, substituindo-a por outra; (ii) negando a palavra já pronunciada por inteiro e substituindo-a por outra; (iii) parafraseando sintagmas e sentenças, procurando identificar a expressão mais adequada à situação de fala.

O sistema de correção evidencia que estamos monitorando o diálogo o tempo todo.

5.1.4. MARCADORES DISCURSIVOS

Manuel Said Ali Ida (apud Urbano, 1993) teria sido o primeiro a analisar e a classificar os marcadores discursivos no PT, distinguindo os marcadores linguísticos (verbais e prosódicos) dos marcadores não linguísticos (olhar, riso, expressão corporal).

Há muitas formas de apresentação dos marcadores: pelas classes gramaticais, pelo lugar que ocupam no enunciado, pela função que desempenham. É bom ter em mente que também essa classe é polifuncional, operando o mesmo item em mais de uma função. Reuni no Quadro 5.3 a maior parte dos resultados assim obtidos, ordenando-os de acordo com sua função e, secundariamente, de acordo com sua colocação* no enunciado.

Quadro 5.3 – Marcadores discursivos: funções e colocação no enunciado

MARCADORES PRAGMÁTICOS OU INTERPESSOAIS (= orientados para o interlocutor)	MARCADORES TEXTUAIS OU IDEACIONAIS (= orientados para o texto)
Iniciais: ah... ch... ahm... olha... e aí, tudo bem? tudo em cima/abaixo? escuta... vem cá... como você sabe... mas...	Iniciam o tópico: bem... bem... assim... seguinte... por exemplo... e por falar em... quanto a ... você já ouviu a última?
Mediais: ...é... ...é claro... ...exato... ...tá... ...tô entendendo...	Recusam o tópico: essa não! perai, sem essa! corta essa! xixi: lá vem você de novo!

Finais: ...sabe? sabia? ...entende? ...compreende? ...não é mesmo? ...não é né? ...tá? ...viu? ...pô!	Aceitam o tópico: tá bom... vamos lá... ok... fula...
	Organizam o tópico: inicialmente... primeiramente... em segundo lugar... em seguida... e então... e aí... agora... e depois... outra coisa... e tem mais...
	Operam a mudança de tópico: já (em a agricultura vai bem, a indústria se expandiu, já a situação do emprego não acompanhou esse progresso todo.)
	Modalizam o tópico: sim, mas... pra mim... eu acho que... parece que... pode ser que... possivelmente... provavelmente... disque... (= dizem que...) sei lá... não sei... de certa maneira... num certo sentido... basicamente...
	Finalizam o tópico: papapa... e coisa e tal... valeu... é isso aí... fulô...

Para uma elaboração maior dos processos conversacionais, veja Castilho (1998a/2004), primeiro capítulo.

5.2. O TEXTO

- Juntamente com a conversação, o texto é uma representação material do discurso. As seguintes categorias textuais serão aqui consideradas:
- (1) Tópico discursivo e sua representação: a unidade discursiva e o parágrafo.
 - (2) Reformulação do quadro tópico: repetição, paráfrase.

- (3) Descontinuação do quadro tópico: parentetização, digressão.
 - (4) Conexão textual.
- Essas categorias estão calcadas em Castilho (1998a/2004, capítulo III) e Jubran / Koch (orgs. 2006), *Gramática do português culto falado no Brasil*, volume 1. Previamente às análises, precisamos transcrever adequadamente nossos materiais.

5.2.1. TRANSCRIÇÃO TEXTUAL

A transcrição textual toma por unidade de análise as unidades discursivas, como se vê no Quadro 5.4 a seguir.

Dividiremos o papel em quatro colunas, enumerando as unidades discursivas (UDs) na primeira coluna, anotando os marcadores discursivos orientados para o texto na segunda coluna, as sentenças tematicamente centradas na terceira coluna e os marcadores discursivos orientados para o interlocutor na quarta coluna.

Quadro 5.4 – Transcrição textual do Quadro 5.2

UDs	Marcador discursivo orientado para o texto	Sentenças tematicamente centradas	Marcador discursivo orientado para o interlocutor
UD1	o	eu estive lá... através de ((inaudível))... em Cumaná... é uma praia... é um lugar... um litoral muito bonito	o
UD2	o	que alitis é muito parecido com o nosso litoral norte...	sabe?
UD3	mas e... e...	eu não conheço o nosso litoral norte... fiquei lá durante três meses e nesse tempo todo eu conheci bastante ((inaudível)) o povo de lá... que é bem diferente e... bem diferente de nós...	o

Esse quadro mostra que os marcadores discursivos não são expressões obrigatórias, caso em que sua ausência foi marcada pelo símbolo Ø. Como você sabe, o símbolo de vazio indica a ausência de uma expressão que poderia ter aparecido. Mas compare agora o Quadro anterior com as regras descritivas (1 a 5), em 1.1.3.6. O que se pode aprender com isso?

Por que assinalar na transcrição textual a ausência de uma expressão? Porque algumas línguas como o *ps* combinam o silêncio com a emissão do sinal fônico, e tanto um quanto outro são significativos. Ou seja, significamos quando emitimos sinais ou quando calamos a boca, lançando mão do silêncio. Vimos em 1.1.2 a importância da marcação morfológica negativa, o morfema-zero. Voltaremos a considerar o papel da categoria vazia na organização da sentença nos capítulos "Primeira abordagem da sentença", "Estrutura funcional da sentença", "Minissentença e sentença simples: tipologias", "A sentença complexa e sua tipologia" e na organização do sintagma nos capítulos "O sintagma verbal", "O sintagma nominal", "O sintagma adjetival", "O sintagma adverbial" e "O sintagma preposicional". Em suma, a ausência de um sinal vocal onde ele poderia ter aparecido faz parte da estrutura do *ps*, como de outras línguas naturais, atravessando o discurso e a gramática.

- *Lição para casa: pode-se falar em categoria vazia nos sistemas da semântica e do léxico?*
- *Seu chato, você fica inventando moda e depois joga tudo sobre as nossas costas!*

5.2.2. TÓPICO DISCURSIVO: UNIDADE DISCURSIVA, PARÁGRAFO E QUADRO TÓPICO COMO MANIFESTAÇÕES DA DISCURSIVIZAÇÃO

O conceito de tópico discursivo é central para a abordagem dos textos. Entende-se por **tópico discursivo** "um conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem". A concernência é dada pela relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento verbal. A relevância diz respeito à proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida por seus elementos. A pontualização é a localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento do texto falado (Jubran, 2006a: 91-92; veja também Jubran et al., 1992).

Aqui nos deparamos, de novo, com uma categoria que aparece tanto no discurso quanto na gramática. No discurso, o tópico é o assunto, o tema, à volta do qual giram as intervenções. Na gramática, a construção de tópico ou tema sentencial é um constituinte localizado fora da fronteira sentencial, funcionando como uma ponte estendida entre o texto e a sentença, vale dizer, entre o discurso e a gramática (veja 7.1 e 11.2.3). A presença de marcas léxico-gramaticais, tais como os marcadores discursivos, assinala um tópico discursivo. A presença de marcas prosódicas (= mudança da tessitura) e morfosintáticas (= topicalizações, deslocamentos à esquerda) assinala os tópicos gramaticais.

Na literatura, o tópico discursivo tem sido designado por *unidade discursiva*. Unidade de ideia, unidade informativa, unidade entoacional (Chafe, 1984a, 1987b) são outros tantos termos correntes na literatura. Na língua escrita, o tópico discursivo é conhecido por *parágrafo*.

Um texto pode constar de uma só unidade discursiva/parágrafo, ou de um somatório dessas unidades. Os parágrafos, tanto quanto os próprios textos, apresentam propriedades tais como a conectividade conceitual, ou coerência, e a conectividade sequencial, ou coesão (Halliday / Hasan, 1976; Beaugrande / Dressler, 1981).

Como o texto não é um enunciado estático e acabado, foi necessário alargar nossa percepção sobre as unidades linguísticas, para dar lugar a uma variedade maior de possibilidades, envolvendo mecanismos interacionais que não encontramos nas unidades anteriores.

Unidades discursivas e parágrafos decorrem da ativação do discurso, ou *discursivização*, na concepção adotada por esta gramática.

Castilho (1987: 253) define a unidade discursiva na língua falada como

um segmento do texto caracterizado semanticamente por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao

processo informativo de um subtema, e formalmente por se compor de um núcleo e de duas margens, sendo facultativa a figuração destas.

O núcleo da unidade discursiva se compõe de uma ou mais sentenças, tematicamente centradas. A margem esquerda é preenchida por marcadores discursivos orientados para a organização do texto, e a margem direita, por marcadores orientados para o interlocutor.

No Quadro 5.4, a unidade discursiva 1 compõe-se de segmentos narrativos e segmentos descritivos, interrompida pela unidade 2, em que o locutor tece alguns comentários sobre o que acaba de narrar, retomando o tópico na unidade 3.

O segmento narrativo da unidade 1 constitui a *figura** do discurso, e seu segmento descritivo constitui o *fundo** do discurso. A *figura* é ocupada pelos personagens e eventos mais relevantes, e o *fundo* é ocupado pela descrição do cenário em que os eventos ocorrem, ou por comentários provocados pelos eventos da *figura*. Essas observações apontam para os gêneros discursivos, que serão apresentados na seção final deste capítulo. Mas as categorias de *fundo* e *figura* ocorrem igualmente no sistema da gramática, como veremos no capítulo "Estrutura funcional da sentença". Mais uma categoria compartilhada pelos sistemas linguísticos!

Indagações situadas na interface Gramática/Discurso podem ser levantadas a propósito da identificação das unidades discursivas. Benveniste (1966) e Weinrich (1964/1968) foram por aqui, mostrando que duas situações básicas motivam a criação de um texto: (i) a necessidade de compartilhar experiências, impressões e opiniões (denominado *discurso* por Benveniste, uma designação excessivamente ampla, *comentário* por Weinrich, e *fundo* nesta gramática); e (ii) o impulso para informar, narrar algo supostamente desconhecido pelo interlocutor (*história* para Benveniste, *narração* para Weinrich, *figura* nesta gramática). A seleção de tempos e aspectos verbais é então associada a esses planos do discurso, entre outros recursos gramaticais.

O parágrafo é um conjunto estruturado de sentenças. Pike / Pike (1977: 25) dizem que o parágrafo corresponde a um monólogo, cuja significação é normalmente um tema asseverado e desenvolvido.

Numa conceituação funcional dos parágrafos, Garcia (1967/1982: 197) afirma que

o parágrafo é uma unidade de composição, constituída por um ou mais de um período, em que se desenvolve ou se explana determinada ideia central, a que geralmente se agregam outras, secundárias mas intimamente relacionadas pelo sentido.

Ele acrescenta que o parágrafo é constituído de uma introdução (em que se enuncia a ideia central, a que ele denomina *tópico frasal*), um desenvolvimento (em que essa ideia é desenvolvida através de processos tais como a enumeração ou descrição de detalhes, o confronto, a analogia e comparação etc.) e uma conclusão.

Os parágrafos compreendem pelo menos duas subclasses: os parágrafos descritivos e os parágrafos narrativos. Em cada um deles, um conjunto de estratégias deve ser observado. Garcia (1967/1982: 197) examina cuidadosamente essas estratégias, com abundante exemplificação.

Agora, mãos à obra! Você poderia selecionar um texto de língua escrita, identificar seus parágrafos, analisando-os a partir da conceituação anterior. Atenção: cai na prova! Sobre o modo como sequenciamos os tópicos, veja 11.2.3.

5.2.3. REFORMULAÇÃO DO QUADRO TÓPICO: REPETIÇÃO E PARÁFRASE COMO MANIFESTAÇÕES DA REDISCURSIVIZAÇÃO

Depois de estudada, ainda que brevemente, a ativação das categorias do discurso, vejamos agora o que se aprende observando como se dá sua reativação. E como a estrutura textual-interativa as-

sentado no tópico discursivo, descrito na seção anterior, é natural esperar que a reativação discursiva corresponderá a uma reformulação tópica.

São muitas as estratégias de reformulação tópica, mas vamos focalizar aqui apenas duas: a repetição e a paráfrase.

Repetir e parafrasear é fazer retornar à consideração algum tópico já versado anteriormente. O correlato dessa estratégia na Semântica é a foricidade (veja 2.2.2.1). A repetição e a paráfrase se integram no processo básico de manutenção da interação, identificado na Análise da Conversação por Sacks / Schegloff / Jefferson (1974/2003).

5.2.3.1. Repetição

A repetição é um dos processos constitutivos do texto e da sentença. Já tratamos da repetição sentencial em 2.4.4.

Entende-se por repetição a recorrência de estruturas linguísticas, como os sintagmas nominais do exemplo (1), e as sentenças do exemplo (2). Marcando a primeira ocorrência com a letra M, de matriz, e sua repetição com a letra R, assim podem ser transcritas as repetições:

(1) Repetição do sintagma nominal (D2 p. 291)

M	Peixe	
R1	Peixe	aquí no Rio Grande do Sul
R2	eu tenho impressão que se come	exclusivamente na Semana Santa

(2) Repetição de sentença (exemplo de Marcuschí, 2006b: 246)

M1	a mercadoria mais cara no país ainda é o dinheiro... como é caro comprar dinheiro
R1	é o negócio mais caro inula é dinheiro
M2	porque o dinheiro é um elemento de troca, certo?
R2	o dinheiro é um elemento de troca

Comparando (1) a (2), vê-se que a repetição da sentença vem associada ao mecanismo de paráfrase que será examinado a seguir. Assim, *mercadoria* em (2M1) foi parafraseada por *negócio* em R1.

Marcuschí (1992, 2006b) descreveu cuidadosamente esse processo, mostrando que o falante (i) repete-se a si mesmo ou ao seu interlocutor, com larga predominância de autorrepetições sobre as heterorrepetições; (ii) situa as repetições em contiguidade linear ou as separa por meio de outros tópicos; (iii) repete sintagmas, com larga preferência pela repetição de sintagmas nominais e sintagmas verbais.

O mesmo Marcuschí (2006b: 232-254) destaca os diversos aspectos funcionais da repetição: (1) coesividade textual; (2) facilidade da compreensão; (3) organização tópica, pois através da repetição podemos introduzir e reintroduzir um tópico, delimitá-lo, mantê-lo; (4) condução do argumento discursivo. Para outras funções, veja Castilho (1998a/2004: 74-75).

5.2.3.2. Paráfrase

A paráfrase é outro processo constitutivo do texto, consistindo na recorrência de conteúdos. O termo remete a diversas realidades, examinadas em 6.5.1, assumindo importância até mesmo na argumentação sintática.

Fuchs (1982: 49-50) assim a definiu: "Transformação progressiva do 'mesmo' (sentido idêntico) no 'outro' (sentido diferente). Para redizer a 'mesma coisa' acaba-se por dizer 'outra coisa', no termo de um processo contínuo de deformações negligenciáveis, imperceptíveis."

O paradoxo da paráfrase está nisto: é uma repetição de conteúdos que, precisamente por terem sido repetidos, acrescentaram-se semanticamente e, nesse sentido, mudaram. Não é preciso dizer mais nada para mostrar a importância da paráfrase na manutenção da conversação e na criação do texto. Vejamos este exemplo, em que M representa o segmento matriz e P, o segmento parafraseado:

(3) Exemplo de Hilgert (2006: 290)

M	então a minha de onze anos... ela supervisiona o trabalho dos cinco...
	então ela vê se as gavetas estão em ordem... se o: material escolar já foi rearrumado para o dia seguinte... se nenhum: fez: arte demais no banheiro... porque às vezes... estão tomando banho e ficam jogando água pela janela
P	quer dizer... é supervisiona nata

Como se vê em (3), a paráfrase "tece a macroestrutura de um tópico conversacional, na medida em que mantém a centração tópica" (Hilgert, 2006: 284).

São muitas as funções da paráfrase no tratamento discursivo do tópico: (1) expansão vs. redução, (2) determinação vs. indeterminação, (3) ênfase vs. atenuação etc.

Vejamos exemplos dos dois primeiros processos.

(4) Paráfrase expansiva/reduzidora. Exemplo de Hilgert (2006: 290-291)

M – não que eu deseje...: liberdade...de...
P – deseje eh eh estar assim sem obrigações para com as crianças. (D2 sp 360)

(5) Paráfrase determinadora/indeterminadora

a) M – eu noto que muito paulista fica um pouco chocada... com o linguajar carioca
P – nós ficamos um pouco chocados com o esse e o erre exagerados. (D2 sp 333)
b) M – agora vamos usar um termo que eu uso bastante
P – e que todo mundo usa. (D2 sp 333)

Em (4), foi usado o esquema "matriz expansiva → paráfrase redutora", visto que *liberdade* tem uma amplitude semântica maior do que *sem obrigações*.

Observe-se que em (5a) o locutor usou o esquema "genérico → específico", ao trocar *muito paulista*, ou seja, um paulista que não se sabe direito quem é, por *nós*, especificando o sujeito da sentença. Já em (5b) o mesmo locutor seguiu o caminho inverso, "específico → genérico", localizando em si mesmo a responsabilidade pelo uso de um termo, generalizando depois esse uso, talvez para preservar sua face de bom falante do português.

Você poderia formar um pequeno *corpus* de expressões parafraseadas, investigando a seguir os recursos linguísticos movimentados pelo parafraseamento. São fortes candidatas as relações de hiperonímia e hiponímia entre a M e a P, relações de nominalização, como em (3), em que o verbo *supervisionar* é parafraseado pela forma nominalizada *supervisora* etc. Vá à luta, testemunhe esse encontro dos sistemas discursivo, gramatical e semântico no campo da honra, também conhecido menos dramaticamente como paráfrase! Algumas dicas: parece que as paráfrases expansivas jogam com definições, explicações – e, portanto, com sinônimos (veja sinonímia/antonímia*) e hipônimos. Já as paráfrases redutoras partem para os resumos, manipulando hiperônimos. É muito provável que o desenvolvimento dessas categorias léxico-semânticas se explique através das estratégias de parafraseamento que usamos todo dia, mantendo uma conversa, organizando um texto.

5.2.4. DESCONTINUAÇÃO DO QUADRO TÓPICO: PARENTETIZAÇÃO E DIGRESSÃO COMO MANIFESTAÇÕES DA DESDISCURSIVIZAÇÃO

A construção do quadro tópico alterna-se com sua descontinuação, deixando-o de lado por alguns momentos, nos parênteses, ou mesmo encaixando um tópico novo dentro do quadro, nas digressões. As duas estratégias ilustram o fenômeno da desdiscursivização.

5.2.4.1. Parentetização

Os segmentos parentéticos se constituem de pequenos esclarecimentos, comentários, perguntas, contendo observações rápidas ao tópico em desenvolvimento, que não chegam a comprometer a centração tópica, segundo Jubran (1996a, 2006b):

- (6) *aqui nós só vamos... fazer uma leitura em nível PRE-icnográfico nós vamos reconhecer as formas... então que tipo de formas que nós vamos reconhecer?... nós vamos reconhecer bisontes... ((vozes))... bisonite é o bisavô... do touro... tem o touro o búfalo: e o bisonite MAIS lá em cima ainda... nós vamos reconhecer ahn:: cavalos... nós vamos reconhecer veados... sem qualquer (em nível) conotativo aí... e algumas vezes MUITO poucas... alguma figura humana... aí parte... de estatuetária que a gente vai reconhecer a figura humana mas é muito raro... neste período... (EF SP 405)*

Os trechos parentéticos de (6) foram negritados no exemplo anterior. Jubran (1996a: 415) identificou as seguintes marcas formais dos parênteses: (1) pausa inicial e final, (2) entoação descendente no final, em contraste com a ascendente na retomada tópica, (3) incompletude sintática do enunciado anterior ao parêntese, (4) marcas de reintrodução tópica, como *agora, porque*, entre outros.

Para uma análise mais fina dos parênteses, veja Jubran (2006b).

5.2.4.2. Digressão

Na digressão aprofundamos o processo de descontinuação tópica, inserindo um tópico desviante, como em

- (7)
 L1 – *a outra de nove quer ser bailarina*
 L2 – *ahn ahn*
 {
 L1 – *ela vive dançando ((risos))*
 {
 L2 – *dançan/ ((risos))*
 L1 – *é ela vive dançando a Laura a:: Estela a Laura não se definiu tenho impressão*
 {
 L2 – *(...)*
 L1 – *de que ela vai ser PROMotora...*
 L2 – *ah*
 L1 – *que ela vive acusando é aquela que...*
 {
 L2 – *é aquela*
 L1 – *toma conta do pessoal ((risos)) oh... agora ah:: – nossa! foi além do que eu... imaginava... o horário (...) não... por causa das crianças na escola ((risos)) agora a Estela vive dançando... e ela quer ser bailarina... (D2 SP 360)*



Fica bastante claro que em (7) o tópico "profissões futuras das filhas" foi interrompido por uma observação sobre o horário. Esse tópico desviante passa a ocupar longamente a atenção das locutoras, na continuação da entrevista, até que se retome o tópico das profissões. Isso mostra uma vez mais que as desativações são seguidas pelas ativações, qualquer que seja o sistema sob análise.

Uma série de marcas formais destaca a digressão do quadro tópico: (1) muda-se o tempo verbal, de presente para pretérito, (2) pausas separam a digressão do texto maior, (3) marcadores discursivos podem assinalar que se entrou por um desvio do assunto.

5.2.5. CONEXÃO TEXTUAL

Ao identificar as unidades discursivas e os parágrafos de um texto, nota-se que eles podem vir ligados por conectivos que ultrapassam obviamente os limites da sentença.

No Quadro 5.4, por exemplo, viu-se que as expressões *mas... e...* interligam unidades discursivas. Nesse uso, elas não funcionam como conjunções sentenciais, pois não ligam sentenças. Se quiser expressar isso de modo mais técnico, basta reconhecer que o escopo desses operadores tem uma extensão diferente. Conjunções vão de "escopinho". Conectores textuais vão de "escopão". Os efeitos de sentido vão acompanhar a extensão do escopo. O *mas* conectivo textual, por exemplo, não é contrajuntivo, e apresenta-se repetido, num polissíndeto.

De todo modo, há certos requisitos para que os itens lexicais atuem como conectores textuais. Eles devem ser expressões fóricas, por retomarem o que se disse e anunciarem o que se segue. Uma expressão referencial não reúne as condições para atuar como conectivo. Veja o seguinte exemplo, que transcrevi de forma a pôr em relevo os conectivos textuais, negritando-os:

- (8) Conectivos textuais (D2 REC 05)

L1 – *não não não é questão disso não*

mas

realmente a cadeia de supermercados aqui é de de de de Recife provavelmente é superior a qualquer uma do país...isso vocês podem julgar lá vendo...

mas

não não não é propaganda não é coisa nenhuma

agora

o que eu acho é o seguinte... é que nós temos

L2 – *() problema de saneamento isso é sério*

L1 – *nós temos aquelas aquelas desvantagens de qualquer civilização colocada no trópico...*

mas

como eu dizia há pouco a cada::...vantagem a desvantagem corresponde a uma vantagem também...

aqui tem brisa marinha...

então

nós temos os ventos alísios que vêm aqui êh::...soprando aqui perto soprando temos a brisa terra de manhãzinha cedo...o que faz com que a poluição seja um bem mais difícil

L2 – *agora*

Recife tem um problema muito sério é porque em sendo Recife a a maior cidade do Nordeste...há uma convergência

L1 – *não Recife é a maior cidade do mundo...porque é aqui que o Capibaribe se encontra com o Beberibe pra formar o Oceano Atlântico*

[

L2 – eu concordo com você

L1 – ((riri))

L2 – mas então

há esse problema

então

a coisa se agrava

O que essas expressões negritadas têm em comum? Muitas coisas:

- (1) Todas elas conectam segmentos textuais.
- (2) Funcionalmente, *mas* "soma" a expressão anterior à expressão seguinte; *então* e *agora* marcam os diversos tempos do discurso; *mas* e *então* podem figurar em contiguidade, o que mostra que cada um desempenha um papel diferente na conectividade textual.
- (3) Do ponto de vista gramatical, elas se situam fora das sentenças de (8).

Fixando a atenção em *agora*, Risso (1993: 34-35) identifica as seguintes propriedades nesse conectivo textual:

(1) "O conectivo não é desencadeado pela fórmula interrogativa 'quando?'" De fato, seria impossível interpretar *agora... Recife...* como uma resposta à pergunta *quando?*. Logo, não se trata de um adjunto adverbial de tempo.

(2) O conectivo "não é passível de enquadrar-se como foco de orações clivadas", o que faria dessa forma um constituinte da sentença. Não é possível aceitar

(8a) **é agora que Recife tem um problema muito sério.*
que nos levaria a uma paráfrase incongruente com (8).

(3) As propriedades prosódicas do *agora* de (8) o apartam do adjunto adverbial de tempo: enquanto aquele é separado por pausas e recebe uma entoação descendente, este é dito emparelhadamente com a sentença.

(4) Seja como conectivo textual, seja como adjunto adverbial de tempo, *agora* preserva sua propriedade semântica de dêixis temporal. No primeiro caso, ele marca um momento do tempo discursivo, dada pela "relação de sucessividade entre tópicos ou segmentos de tópicos". No segundo, um momento do tempo cronológico, exterior ao tempo do texto.

Ocorrências como essas deram origem a um conjunto de pesquisas, em que se indagava a relação entre os conectivos textuais e as conjunções sentenciais. O primeiro estudo do *PN* nessa linha foi preparado por Dias de Moraes (1987).

Nessas pesquisas, frequentemente as conjunções sentenciais foram consideradas como resultado da gramaticalização dos conectivos textuais. Ou seja, supõe-se que as conjunções venham ao mundo primeiramente como conectivos textuais, e depois se metem dentro das sentenças, transformando-se em conjunções. Sempre o insuficiente entendimento da língua como uma linha! Por que não admitir que tudo isso ocorra ao mesmo tempo?

Outro pressuposto desse raciocínio é que o discurso é um sistema primitivo, de que a gramática seria um sistema derivado – posição com que não posso concordar, como demonstrei no capítulo "O que se entende por língua e por gramática"; volto a tratar do assunto na Apresentação do capítulo "A sentença complexa e sua tipologia". Você já sabe que é desnecessariamente complicado supor essas derivações, pois elas pressupõem que nossa mente funciona linearmente, por impulsos sucessivos. Melhor entender que essas coisas acodem simultaneamente à nossa mente. Não se comprovou que em primeiro lugar você adquira os conectivos textuais, e só então está qualificado para usar as conjunções. Ou o contrário.

5.3. GÊNEROS DISCURSIVOS

A árdua tarefa de identificar os gêneros do discurso caminha entre nós desde os tempos da Retórica clássica, tendo sido retomado recentemente pelo povo da Linguística do Texto.

Uma primeira observação a fazer aqui é que os gêneros não são delimitados, sobrepondo-se de vários modos. Isso quer dizer que no interior de um diálogo se encontram narrativas, descrições e trechos argumentativos. Um mesmo segmento narrativo poderá funcionar como um recurso da argumentação. Descrevendo cenas e pessoas, estaremos narrando eventos. Como em tudo o mais, os gêneros são classificações cômodas, mas é preciso atentar para a simultaneidade de suas propriedades.

Vamos admitir como possível esquematizar as diversas situações de fala em dois tipos textuais básicos, jogando com a categoria cognitiva de PESSOA, vale dizer, com o processo da dêixis. A primeira pessoa, P1, é o locutor, entendido como o participante do discurso com direito à voz. A segunda, P2, é o interlocutor, ou ouvinte. Vamos representar por P3 o tópico conversacional, o assunto do texto que está sendo construído.

Quando P1 e P2 funcionam como articuladores principais do texto, temos o *diálogo*, passível de representação através da fórmula P1 + P2 (P3). Uma condição do texto dialógico é que locutor e interlocutor estejam em presença, e o tópico não seja dominado previamente por nenhum dos participantes, donde a representação entre parênteses.

No diálogo, como se sabe, o tópico será elaborado em coautoria, juntando-se os dados que cada participante vai veiculando. Nessa situação, constitui-se o espaço intersubjetivo, tomado pela busca da informação, do intercâmbio, da explicitação de conteúdos, enfim, das motivações todas que levam as pessoas a conversarem. Enquanto modalidade do espaço fictício, o espaço intersubjetivo vai compreender o eixo da proximidade e o eixo do afastamento, dado pelos mecanismos de atuação de um participante sobre o outro, medido ou avaliado pelas diferentes realizações da P1 e da P2. Aproximando-se ou afastando-se, afirmando ou negando, os interlocutores desenvolverão suas estratégias nesse jogo de poder verbal, que é a melhor definição para o diálogo.

Entretanto, um dos participantes pode dispor de informações e argumentos desconhecidos por seu interlocutor. Nesse caso, ele tomará a palavra por um tempo maior, para descrever, narrar ou generalizar, elaborando essa informação nova. O diálogo pode ser entendido como o gênero prototípico, suficientemente amplo para abrigar os outros gêneros aqui mencionados, ou seja, o gênero descritivo, o narrativo e o argumentativo.

Vamos ver isso mais de perto. Na circunstância esboçada anteriormente, P3 passa a ocupar o palco, diluindo-se a presença de P1 e de P2, numa situação verbal que poderia ser representada por P3 (P1 + P2).

Quando P3 predomina, poderemos ter uma descrição, uma narração ou uma dissertação, assim entendidas superficialmente: (1) a descrição é uma enumeração de propriedades de seres, coisas, paisagens etc.; (2) a narração é uma enumeração de eventos; (3) a dissertação é uma enumeração de argumentos. À medida que dialogamos, vamos passando por esses gêneros, ao sabor das necessidades do intercurso.

A narração é de longe o gênero mais estudado. Situadas no tempo da história, as narrativas compreendem dois planos, já aqui mencionados. O plano da ação, em que se situam as personagens, e o plano da situação, em que se situa o narrador. As ações, ou *figura* da narração, expressam-se através dos tempos do passado, discriminando-se o pretérito perfeito para as ações pontuais. A situação, ou *fundo* da narração, se expressa através do pretérito imperfeito, pois as situações são durativas. Numa narração, portanto, falam as personagens a respeito dos eventos, e fala o narrador a respeito do ambiente em que se deram os eventos. Sobre o jogo das formas de tempo, consulte 10.2.2.2.2.

Esta é uma apresentação bastante simplificadora da narração. Se você colecionar alguns exemplos desse gênero, verá que tanto o plano da ação, ou plano das personagens, quanto o plano do narrador, ou plano do autor, podem cindir-se em mais de um.

Assim, o plano da ação habitualmente compreende uma ação principal e uma ação secundária. As novelas exploram essa possibilidade, reunindo numa só trama um conjunto de narrativas que compartilham personagens ou situações comuns. Indo por aqui, uma novela não precisa necessariamente ter um fim – que o digam os autores das novelas de televisão!

O plano da situação não fica atrás, e com isso ora o narrador descreve o ambiente das ações, ora promove uma narrativa de demonstração, em que ele faz algum comentário, argumenta – ou seja, disserta. Indo por aqui, a dissertação é um gênero derivado da narração. Nesta gramática, por exemplo, narrei no capítulo “História do português brasileiro” a formação do PA, dissertando em seguida sobre as diferentes facetas dessa história.

- *Tudo muito bonito; agora, aqui para nós, será que essa teorização toda funciona mesmo?*
- *De acordo, está na hora de lançarmos um pouco de empiria neste papo.*

Vejamos esta crônica de Paulo Mendes Campos, que transcrevi em duas colunas. Na primeira, anotei as categorias mencionadas anteriormente e, na segunda, os segmentos correspondentes.

Quadro 5.5 – Transcrição da crônica de Paulo Mendes Campos, “Menina no Jardim”

Narrativa de situação (fundo)	<i>Em seus 14 meses de permanência neste mundo, a garotinha não tinha tomado o menor conhecimento das leis que governam a nação.</i>
Narrativa de ação (figura)	<i>Isso se deu agora na praça, logo na chamada República Livre de Ipanema.</i>
Narrativa de situação	<i>Até ontem ela se comprazia em brincar com a terra.</i>
Narrativa de ação	<i>Hoje, de repente, deu-lhe um tédio enorme do barro de que somos feitos: atirou o punhado de pó no chão, ergueu o rosto, ficou pensativa, investigando com ar aborrecido o mundo exterior. () Determinada, levantou-se do chão e correu para a relva.</i>
Narrativa de situação	<i>que era, vil lá, bonita, mas já bastante chumuscada pela estiagem.</i>
Narrativa de ação	<i>Não durou mais que três minutos, e apareceu um guarda.</i>
Narrativa de comentário	<i>Diga-se, em nome da verdade, que no diálogo que se travou em seguida, maior violência se registrou por parte da infratora do que por parte da lei ().</i>
Diálogo	<i>– Desce da grama, garotinha –</i>
Narrativa de ação	<i>disse a lei.</i>
Diálogo	<i>– Blá blá blá blá –</i>
Narrativa de ação	<i>protestou a garotinha.</i>
Diálogo	<i>– É proibido pisar na grama –</i>
Narrativa de ação	<i>– explicou o guarda.</i>
Diálogo	<i>– Bã bã bã –</i>
Narrativa de ação	<i>retrucou a garotinha com veemência.</i>

Fonte: Paulo Mendes Campos, *Para gostar de ler*, 2.ed., São Paulo, Ática, 1977, vol. 1, pp. 16-17.

O texto transcrito no Quadro revela as seguintes características:

1. Diálogo e narrativa se sucedem ao longo do texto.
2. A narrativa de ação se expressa no pretérito perfeito simples, criando o plano da figura, ao passo que a narrativa de situação se expressa no pretérito imperfeito, criando o plano do

fundo. Essas formas temporais promovem uma sensação de aproximação, no primeiro caso, que contrasta com uma sensação de afastamento, no segundo caso. Para mais reflexões sobre a correspondência entre tipo de texto e tempo verbal selecionado, veja 10.2.2.2.2.

3. Na narrativa de comentário, o autor se torna mais presente no texto, secundarizando por um momento a ação que está narrando. O trecho não inclui uma dissertação propriamente dita, em que o tempo a escolher seria o presente do indicativo.

Saia por aí catando textos, analise-os e forme um juízo próprio. Depois compare suas descobertas com as dos autores que se seguem.

Labov (1972a), por exemplo, diz que a narrativa tem cinco partes: (1) resumo, que funciona como um prefácio da história que se vai narrar; (2) orientação: pano de fundo descritivo, com indicações sobre onde e quando os eventos ocorreram; (3) complicação: os eventos são recortados numa ordem temporal; (4) coda: movimento do interior da história para a situação conversacional em que ela ocorreu; (5) avaliação: de que modo o narrador usa uma experiência particular para concretizar o tópico.

O discurso argumentativo pode aparecer em monólogos e diálogos, em disputas, confrontos, debates. Segundo Schiffrin (1987: 18 e ss.), uma dissertação envolve três partes: (1) a posição, (2) a disputa e (3) a sustentação. A posição é a adesão a uma ideia, situação em que o falante parece dirigir-se a uma audiência maior. Na disputa, o falante se refere direta ou indiretamente à pessoa ou à ideia com que concorda/discorda. Esses movimentos verbais pressupõem muitas vezes um conhecimento que não é apresentado no interior do texto. A sustentação é a explanação de uma ideia, a justificação da adesão a ela, a defesa da forma como foi apresentada. Através desse momento, o falante induz o interlocutor a tirar conclusões sobre a credibilidade de sua posição. O esquema lógico do silogismo nem sempre é documentado nos textos argumentativos.

Outras reflexões sobre a narrativa poderão ser encontradas em manuais de Retórica, de Linguística do Texto e de Teoria Literária. Você notará que algumas intuições se repetem nos autores. Esse é o caso do diálogo ou enunciação (*mundo comentado* para Weinrich, *discurso* para Benveniste, *modo da representação* para Todorov), por oposição à narrativa ou enunciado, em suas diferentes manifestações (respectivamente, *mundo narrado*, *história*, *modo da narração*).

5.4. TRADIÇÕES DISCURSIVAS

Autores ligados à Romanística alemã têm mostrado que também os gêneros mudam ao longo do tempo, constituindo o que tem sido denominado uma *tradição discursiva*. Segundo Kabatek (2003/2005), as tradições discursivas são

a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma particular maneira de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade e expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados.

As tradições discursivas são habitualmente entendidas como toda forma de modelo textual, incluindo fórmulas, ditados, provérbios, gêneros literários, gêneros retóricos etc. Todo gênero discursivo é um modelo textual e, conseqüentemente, uma tradição discursiva.

Tem sido grande o impacto da teoria das tradições discursivas sobre as pesquisas diacrônicas. O objetivo da Linguística Histórica é investigar a mudança linguística, com base em testemunhos documentais de outras épocas. Sucede que esses testemunhos são vazados em diferentes tradições discursivas. Com isso, podemos tomar por história de determinada língua o que na verdade é a história de um tipo de texto.

Pesquisadores do Projeto para a História do Português Brasileiro têm considerado essa questão, tais como Simões (2007), Kewitz (2007a) e Moraes de Castilho (2008).

LEITURAS SOBRE CONVERSACÃO E TEXTO

- Sobre unidades discursivas e parágrafos (= discursivização), veja Garcia (1967/1982), Pike / Pike (1977), Chafe (1987a), Castilho (1989b), Jubran et al. (1992), Jubran (2006a), Koch (2006), Risso / Oliveira e Silva / Urbano (2006), Risso (2006), Urbano (2006), entre outros.
- Sobre reformulação tópica, repetição, correção, parafraseamento (= rediscursivização), veja Perini (1980), Marcuschi (1983/2009, 1992, 1996, 2006b), Ramos (1984), Travaglia (1989a, 1989b), Hilgert (1989, 2006), Dutra (1990), Koch (1990, 1992a), Braga (1990), Castro (1994), Neves / Braga (1996), Camacho (1996b), Castilho (1997c, 1998a/2004), Oliveira (1997, 1998), Camacho / Pezatti (1998), Fávero / Andrade / Aquino (1996, 1998, 1999, 2006), entre outros.
- Sobre descontinuação tópica, hesitação, interrupção, digressão, parentetização (= desdiscursivização), veja Andrade (1995), Jubran (2006b), entre outros.
- Sobre marcadores discursivos há uma rica bibliografia, desde os trabalhos pioneiros de Bally (1951, 1952), Beinhauer (1964), Keller (1979), até a explosão dos estudos sobre a oralidade, em que o Brasil assumiu uma presença forte: Ilari (1986b), Marcuschi (1986, 1989), Andrade (1990), Rosa (1990), Risso (1993, 1996, 2006), Urbano (1993, 2006), Castilho (1998a/2004, cap. II), Risso / Oliveira e Silva / Urbano (2006), entre outros.
- Sobre gêneros discursivos: Weinrich (1964/1968), Benveniste (1966), Castilho (1967, 1978c, 1984c), Labov (1972a), Schiffrin (1987), entre outros.
- Sobre tradições discursivas: Kabatek (2003/2005), Simões (2007), Kewitz (2007a), Moraes de Castilho (2008), entre outros.